

Brasil



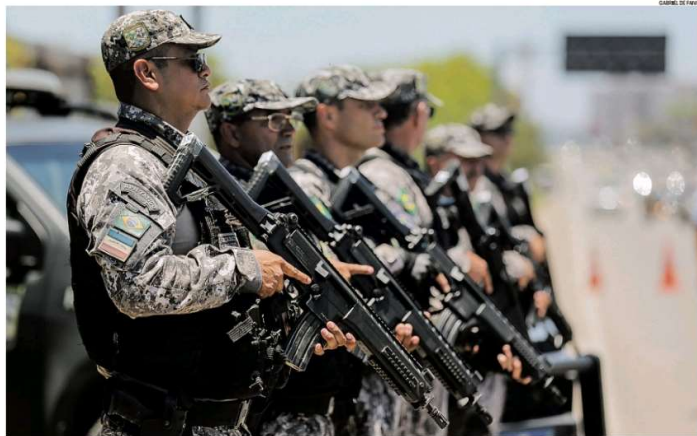
JUQUITIBA E SÃO BERNARDO

Chuva deixa dois mortos em São Paulo

Menino de 6 anos foi arrastado pelas águas e homem morreu em deslizamento



URGÊNCIA NACIONAL



Em ação. Força Nacional reforça a segurança pública no Rio: área foi uma das mais sensíveis do governo Lula no primeiro ano de mandato, com cobranças por políticas mais efetivas

RAFAEL SOARES E ALINE RIBEIRO
publico@oglobo.com.br
RIO DE JANEIRO

ARSENAL DE DESAFIOS OS GARGALOS E A BUSCA POR SOLUÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA DO PAÍS, AGORA SOB NOVO MINISTRO

Anunciado esta semana como novo ministro da Justiça pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ricardo Lewandowski terá a missão de gerir a pasta da segurança pública, uma das áreas mais sensíveis ao governo no primeiro ano de gestão. O país enfrenta a primeira posição do ranking mundial de mortes violentas, população carcerária recorde e multiplicação no número de armas na rua — e seguidos governos foram incapazes de encontrar soluções para posições nada heroicas.

O GLOBO publica a partir de hoje um diagnóstico dos principais problemas da área e mostra como o governo fede-

ral pode liderar iniciativas para melhorar a atuação dos estados. Ao longo da série, especialistas vão debater temas como causas e consequências das altas taxas de letalidade das polícias brasileiras e as soluções in-

ternacionais que podem servir de inspiração para o Brasil. Uma opinião é unânime entre os entrevistados: o Brasil ainda engatinha no uso de evidências científicas no enfrentamento à violência.

— Aqui, o debate sobre segurança pública é capturado pelos policiais. Fazendo um paralelo, o policial está para a segurança como o médico está para a saúde. Eles são centrais no processo,

atendem a população no dia a dia, mas decisões da área da saúde na pandemia foram tomadas com base em diagnósticos de cientistas. Na segurança, deveria acontecer o mesmo — afir-

ma Joana Monteiro, coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de dezembro passado, o Brasil registrou 45.562 assassinatos em 2021 e, mesmo com 2,7% da população global, o país concentrou mais de 10% das mortes violentas de todo o mundo. Os presídios brasileiros, muitos superlotados, concentram hoje 839 mil detentos, um ambiente propício para o fortalecimento e a proliferação de facções do narcotráfico.

CRISES EM BAHIA E RIO

A quantidade de armas em circulação também chegou a seu ápice após mais de um decênio nos últimos quatro anos: quase 3 milhões de pistolas, revólveres, carabinas e fuzis fazem parte de acervos privados — e as autoridades não fazem ideia de quantas já estão nas mãos do crime organizado. Depois da pandemia, crimes patrimoniais, sexuais e contra mulheres e crianças chegaram a níveis jamais vistos.

A segurança pública foi responsável por uma das maiores crises do primeiro ano do governo Lula: após a explosão de violência na Bahia e a guerra entre milicianos e traficantes no Rio, o presidente decidiu assinar um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atuar em portos e aeroportos — que não o livrou de críticas ao longo de 2023.

— Até agora, a gestão foi ativa na dimensão operacional, mas falta uma marca na segurança pública. O Ministério da Justiça fez operações através da Polícia Federal, mas deixou de incidir sobre a agenda de coordenação federativa para fazer o sistema avançar. Na prática, é como se o governo tivesse virado um grande batalhão da PM — afirmou Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

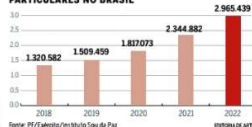
Flexibilização leva armamento às mãos de criminosos

Em novembro de 2022, Mychell Egídio Oliveira foi à Delegacia de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, para comunicar à polícia que seu apartamento havia sido arrombado e suas armas, levadas pelos criminosos. Dado de um pequeno mercado na cidade, Oliveira se registrou como Caçador, Atirador Desportivo e Colecionador (CAC) junto ao Exército e aproveitou a política armamentista em vigor para adquirir um arsenal: segundo o comerciante, 16 armas, entre fuzis, carabinas, pistolas e revólveres — avaliadas em cerca de R\$ 200 mil —, haviam sido furtadas.

Alguns detalhes, entretanto, chamaram a atenção dos investigadores. O furto aconteceu em julho, e Oliveira só procurou a polícia quatro meses depois, quando recebeu uma notificação do Exército avisando que seu arsenal seria fiscalizado. A renda do comerciante, de R\$ 10 mil mensais, não era compatível com o armamento que ele possuía. Após investigação, a polícia descobriu que o furto foi forjado por ele: as armas, na verdade, tiveram seus números de série raspados e foram revendidas. Oliveira foi preso em dezembro e investigado sob suspeita de ter comercializado as armas com facções criminosas. Não se sabe onde o armamento foi parar.

O caso ilustra o tamanho do problema herdado pelo governo Lula. A política de flexibilização sem precedentes adotada por Jair Bolsonaro teve como consequência um aumento de mais de 100% no arsenal em circulação no país: dados da Polícia Federal e do Exército mostram que, de 2018 a 2022, a quantidade de armas em acervos particulares (ou seja, em nomes de CACs, militares, policiais e civis com autorização para posse ou porte) no país saltou de 1,3

ACERVO DE ARMAS PARTICULARES NO BRASIL



Fonte: PF/Cadeastro/Instituto Sou da Paz



Lei frouxa. Armamento apreendido na casa do colecionador Vitor Furtado Rebelo, em 2022, no Rio

milhão para quase 3 milhões. E, como mostra o arsenal desaparecido do comerciante de Caucaia, parte desse armamento já está nas mãos de criminosos.

Além disso, a política armamentista do governo passado levou a circulação de armas de fogo. Vitor Furtado Rebelo, 34 anos, que usava da premissa de CAC para comprar munição legalmente e, depois, repassá-la para traficantes, foi solto depois de 10 meses preso, em 2022, graças a decretos que aumentaram o limite de armas e munição. Com isso, ele conseguiu se livrar de acusações que poderiam ampliar sua pena e teve prisão revogada pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, que considerou a pena baixa para mantê-lo atrás das grades.

Logo em seu primeiro dia de mandato, Lula congelou o registro de novas armas. Sete meses depois, publicou um

decreto que restabeleceu diversas restrições, como a proibição da venda de fuzis e pistolas 40 e 9mm aos CACs. As medidas, no entanto, não deram destino às armas que foram despejadas no mercado nos últimos anos. Especialistas defendem a criação de um programa consistente de recompra de armas, que force os proprietários a entregá-las e destine o armamento para forças de segurança.

— É preciso dar uma porta de saída para evitar que essa arma seja desviada para o mercado ilegal ou fique irregular. Se isso não for feito, elas ficarão por décadas nas sociedades, e vamos sentir os estragos ao longo do tempo — afirma o policial federal Roberto Uchôa, que é conselheiro do FBSP. Para Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz e especialista em controle de armas, o governo também deveria proibir o uso de armas de calibre restrito por CACs em estandes de tiro.

— O governo precisa induzir quem comprou fuzis nos últimos anos a entregar esse armamento, tirar armas desse tipo, com alto poder de destruição, de circulação. Por isso, o uso de quem já tem a arma deve ser desestimulado — diz. A intensificação da fiscalização a CACs e clubes de tiro também é considerada medida fundamental para rastrear o arsenal em circulação no país. O governo já determinou a "migração progressiva" da fiscalização a CACs do Exército para a PF até 2025. Especialistas aprovam a mudança, mas alertam que a fiscalização não pode ser interrompida durante o período de transição e que a PF precisa ter seu efetivo reforçado para visitar arsenais. Outro desafio do governo é aperfeiçoar os bancos de dados sobre armas e munição e integrá-los aos sistemas das polícias estaduais.

— Os bancos de dados sobre armas e munição do Exército (Sigma e Sicovem, respectivamente) não são acessíveis pelas polícias. Isso significa que um PM que aborde um CAC armado na rua não tem como verificar, em tempo real, se sua arma é legal ou não. Nem dentro de uma delegacia é possível fazer essa verificação. No caso dos cartuchos, as polícias deveriam ter acesso ao sistema para detectar suspeitas de desvios, lojas que vendem munição em quantidades suspeitas — afirma Langeani.